



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2306/2025
Data: 23/09/2025 - Horário: 17:31
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº /2025

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
INSTITUIR O PROGRAMA ESTADUAL
“SEGURANÇA NA SAÚDE”, DESTINADO AO
REFORÇO DA SEGURANÇA PÚBLICA NAS
UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO –
UPAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Estado de Alagoas, o Programa Estadual “Segurança na Saúde”, com o objetivo de reforçar a segurança pública nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, visando à proteção de profissionais de saúde, pacientes, acompanhantes e do patrimônio público.

Art. 2º O Programa terá como princípios:

I – a prevenção de atos de violência, garantindo a integridade física e psicológica dos trabalhadores da saúde;

II – a preservação do patrimônio público e da ordem dentro das unidades de pronto atendimento;

III – a atuação integrada e colaborativa entre os órgãos de segurança pública estaduais e municipais;

IV – a garantia de atendimento humanizado, em ambiente seguro e acolhedor;

V – a transparência e o controle social das ações implementadas.

Art. 3º A implementação do Programa poderá ocorrer por meio de convênios, termos de cooperação, ajustes ou parcerias firmadas entre o Estado, Municípios e demais órgãos de segurança pública.

§ 1º A participação das Guardas Municipais dar-se-á em regime de colaboração com a Polícia Militar, respeitadas as atribuições constitucionais de cada corporação.

§ 2º As unidades de pronto atendimento poderão contar com células de segurança integrada, compostas por representantes da gestão da saúde e da segurança pública, com a finalidade de avaliar riscos e propor medidas preventivas.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Art. 4º Quando integradas ao Programa, caberá à Guarda Municipal, nos termos do convênio a ser celebrado:

- I – realizar patrulhamento preventivo nas áreas internas e externas das UPAs;
- II – apoiar o controle de situações de risco, agressões e depredações;
- III – acionar imediatamente a Polícia Militar em casos de maior gravidade;
- IV – participar de treinamentos específicos para atuação em ambientes de saúde.

Art. 5º Caberá à Polícia Militar:

- I – prestar apoio imediato em ocorrências de maior gravidade;
- II – promover rondas periódicas em áreas de maior vulnerabilidade;
- III – cooperar com a formação e capacitação dos integrantes das Guardas municipais voltada para o atendimento em saúde.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual poderá regulamentar a presente, em especial:

- I – as diretrizes operacionais do Programa;
- II – metas e indicadores de desempenho;
- III – fluxos de comunicação e procedimentos de resposta a incidentes;
- IV – critérios para elaboração de relatórios periódicos.

Art. 7º A avaliação do Programa será realizada periodicamente, devendo ser publicado relatório anual contendo, no mínimo:

- I – número de incidentes de violência registrados;
- II – tempo médio de resposta em ocorrências;
- III – percentual de agentes capacitados;
- IV – análise de eficácia das medidas de prevenção.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá, mediante regulamento, estimular a participação da sociedade civil, conselhos de saúde e entidades representativas dos



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

profissionais da área, com vistas a acompanhar e fiscalizar a execução do Programa, bem como oferecer apoio técnico aos Municípios, por meio de:

- I – cursos de capacitação continuada para agentes de segurança;
- II – fornecimento de protocolos padronizados de comunicação rápida entre UPAs, Guardas Municipais e Polícia Militar;
- III – incentivo à adoção de tecnologias de monitoramento, como câmeras de vigilância integradas ao Centro de Operações da Segurança Pública.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,


Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Estado de Alagoas, o Programa Estadual “Segurança na Saúde”, com foco no reforço da segurança pública nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A proposição atende à necessidade concreta de proteção de profissionais de saúde, pacientes, acompanhantes e do patrimônio público, diante do crescimento de ocorrências de violência e desordem nesses equipamentos, que são porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenham papel estratégico na atenção às urgências.

Destaca-se o ocorrido no último dia 30 de Agosto de 2025 na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, localizada no bairro do Jacintinho após a entrada de um paciente que havia sido espancado por membros de uma torcida organizada, pacientes e profissionais vivenciaram momentos de pânico após a chegada do mesmo, com a ocasionalidade da troca de tiros entre os membros das facções rivais, conforme notícia destacada ao final desta justificativa, tendo em vista a ausência de segurança pública que poderiam ter contido a situação¹.

As UPAs concentram atendimentos de alta demanda, grande fluxo e situações de tensão inerentes aos quadros de urgência e emergência. Esse cenário, por si só, torna as unidades mais suscetíveis a agressões verbais e físicas, ameaças, depredações, tumultos e furtos, com repercussões diretas na continuidade do atendimento, na moral da equipe multiprofissional e na segurança do usuário. A insegurança afeta não apenas a integridade física dos trabalhadores e cidadãos, mas também a qualidade e a efetividade do serviço: interrupções de procedimentos, atrasos, evasão de profissionais, absenteísmo e judicialização são alguns dos impactos observados quando não há protocolos e presença preventiva de segurança.

A adoção de um arranjo institucional integrado é medida necessária para prevenir incidentes, reduzir riscos e aumentar a confiança do usuário no serviço prestado, além de valorizar e proteger a força de trabalho da saúde.

A iniciativa harmoniza-se com o art. 144 da Constituição Federal, ao conceber a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos, e com os arts. 23 e 24, que tratam da competência comum e concorrente para proteção da saúde e da segurança das pessoas. Está igualmente alinhada ao art. 196, que assegura a saúde como

¹ <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/torcidas-organizadas-grupo-espanca-homem-e-tenta-invadir-upa-trocando-tiros-5-foram-presos/>



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

direito de todos e dever do Estado, demandando condições organizacionais que viabilizem a prestação do serviço em ambiente seguro e digno.

No plano infraconstitucional, a proposta observa:

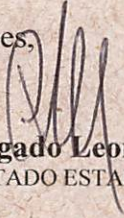
- Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), que reconhece a competência das Guardas para proteger bens, serviços e instalações públicas municipais, permitindo sua atuação colaborativa em equipamentos de saúde;
- Lei Federal nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP), que induz a integração entre União, Estados e Municípios nas ações de segurança, compartilhando informações, protocolos e capacitação, inclusive em ambientes sensíveis como as unidades de saúde.

O texto proposto não cria obrigação direta de despesa nem impõe estruturação imediata de efetivos, equipamentos ou contratos. Ao autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa, preserva-se a autonomia administrativa e orçamentária do Governo do Estado para, conforme disponibilidade de recursos e planejamento, definir cronogramas, fases de implementação, metas e abrangência territorial, em consonância com o PPA, LDO e LOA, evitando vício de iniciativa e reduzindo o risco de vetos por impacto orçamentário imediato.

A implantação poderá ocorrer de forma gradual, priorizando áreas de maior risco e valendo-se de parcerias com os Municípios, intercâmbio de boas práticas, capacitações conjuntas e uso de protocolos padronizados. Com isso, o Estado potencializa o resultado sem ampliação desnecessária de custos, fomentando sinergias e racionalização de meios.

Assim, resta evidenciada a oportunidade, conveniência e juridicidade da presente proposição. Solicitamos, portanto, o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, certos de que sua implementação representará avanço significativo na proteção da vida, na valorização dos profissionais da saúde e na qualificação do atendimento prestado à população alagoana.

Sala das sessões,


Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL